



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de **MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA**
Especialidade Ciências Jurídico-Forenses

Unidade curricular

JUSTIÇA CONSTITUCIONAL - TURMA B

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

RAQUEL Alexandra de Jesus Gil Martins **BRÍZIDA CASTRO**

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

N/A

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Dotar os alunos dos conhecimentos teóricos e práticos de Justiça Constitucional que lhes permita lidar com as questões jurídico-constitucionais relevantes para o exercício da atividade forense.

Em especial, o presente programa destaca o tema da Justiça Constitucional de Emergência, atenta a atualidade e a necessidade de um estudo mais aprofundado do modelo português dos poderes de emergência e, em especial, da resposta que a justiça constitucional tem dado, em especial, no que se refere à pandemia causada pelo Covid-19.

Conteúdos programáticos

- 1. O Sistema Português de fiscalização da constitucionalidade**
 - 1.1. O Sistema de atos normativos
 - 1.2. Os Processos de Fiscalização Abstrata da Constitucionalidade
 - 1.3. Os Processos de Fiscalização Concreta da Constitucionalidade
 - 1.4. A Fiscalização Concreta das Omissões lesivas de direitos fundamentais: as normas “ad casum” constitucionalmente devidas

- 2. Justiça Constitucional de Emergência**
 - 2.1. Paradigmas teóricos de poderes de emergência
 - 2.2. O modelo português de poderes de emergência
 - 2.2.1. A governamentalização dos poderes de emergência e o eclipse parlamentar
 - 2.2.2. Os limites constitucionais de uma lei de emergência sanitária
 - 2.3. O controlo de constitucionalidade em períodos de emergência: em especial, a Jurisprudência constitucional e administrativa da Pandemia
 - 2.3.1. A ausência de controlo abstracto de constitucionalidade das normas de emergência



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

2.3.2. As insuficiências do controlo concreto da constitucionalidade das normas de emergência

2.3.3. A deferência da Justiça Administrativa perante a Administração de emergência: em especial, a Jurisprudência administrativa da Pandemia

3. Impactos do Ciberespaço e das Novas Tecnologias em cenários de alta tensão constitucional

3.1. O combate ao terrorismo e os limites funcionais do Direito Penal: o “Direito Constitucional do Inimigo”

3.2. Regulação do Ciberespaço: Projeções do novo Paradigma Jurídico-Público Regulatório na Constituição de emergência

3.3.1. Algoritmos e reguladores intermediários privados: as plataformas digitais

3.3.2. Liberdade de Expressão e direito à informação no ciberespaço em cenários de emergência

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos programáticos desta Unidade Curricular estão em consonância com os seus objetivos pedagógicos, privilegiando uma abordagem teórico-prática da Justiça Constitucional.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

Nesta Unidade Curricular serão utilizadas as seguintes metodologias de ensino e aprendizagem:

1. Aulas teóricas: exposição teórico-problemática dos conteúdos programáticos, suscetíveis de estimular o espírito crítico dos discentes.
2. Aulas práticas [discussão e resolução de casos práticos, análise de Acórdãos];

A avaliação processar-se-á da seguinte forma:

- Participação nas aulas, Apresentação Oral e Discussão na Aula de Jurisprudência pelos alunos – (15 por cento);
- Realização de um Teste Final escrito no final do Semestre (35 por cento)
- Exame Escrito (50 por cento);

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

As metodologias de ensino delineadas estão em coerência com os objetivos de aprendizagem, atenta a relevância da dupla natureza teórico-prática das respetivas aulas, inclusive a discussão de artigos científicos, a análise de jurisprudência e a resolução de casos práticos.

Bibliografia principal



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

1. O Sistema Português de fiscalização da constitucionalidade

BLANCO DE MORAIS, Carlos

- (2015) *Curso de Direito Constitucional, Tomo II*, Coimbra Editora: Coimbra;
- (2011) *Justiça Constitucional, Tomo II*, Coimbra Editora: Coimbra;

BRÍZIDA CASTRO, Raquel Alexandra

- (2015) *“Normas implícitas e Normas Constitucionalmente Devidas “ad casum” e a Pretensa Quadratura do Círculo Processual Constitucional: Recapitulação, Desmistificação e Tentativa de Reconstrução”*, in *Estudos em Homenagem a Rui Machete*, 2015, Coimbra Editora: Coimbra; pp. 851-881;
- (2012) *As Omissões Normativas Inconstitucionais no Direito Constitucional Português*, Almedina. Coimbra;
- (2012) *“Por uma Fiscalização Concreta e Difusa das Omissões Legislativas Inconstitucionais que violam Direitos, Liberdades e Garantias”*, in *Obra Colectiva de Homenagem ao Professor Doutor Jorge Miranda*, Volume III, Coimbra Editora: Coimbra; pp. 471-512.

MIRANDA, Jorge (2017) *Fiscalização da Constitucionalidade*, Almedina: Coimbra;

NOVAIS, Jorge Reis (2019) *Sistema Português de Fiscalização da Constitucionalidade*, 2.ª Edição, AFDL: Lisboa

2. Justiça Constitucional de Emergência

ACKERMAN, Bruce, (2004) *The Emergency Constitution*, Vol. 113: Yale Law Journal 1029 (2004);

BRÍZIDA CASTRO, Raquel

- (2021) *“Eleições em Estado de Exceção?”*, in Observatório Almedina, 22 jan 2021: <https://observatorio.almedina.net/index.php/2021/01/22/eleicoes-em-estado-de-excecao/?fbclid=IwAR3APuRAuZ4h7-7liToC8okcVZtAyHVvCuJPY3TLqtriuceqjggNsEkJiY>
- (2020) *“Direito Constitucional em tempos de pandemia: Pode a Constituição sobreviver a crises sanitárias?” “Constitutional Law in times of pandemic: Can the Constitution survive health crises?”* in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, número 1 de 2020 (ano LXI), Número Temático: Covid-19 e o Direito; issn 0870-3116; pp. 645-679: https://drive.google.com/file/d/1hYglOv6WWR7FwmCICDBQYB4_PVv9f0-1/view
- (2020) *“Perigos da Comunicação: o Direito como instrumento regulador em período de exceção constitucional e em período de normalidade constitucional”*, palestra proferida em conferência virtual da AAFDL - Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa: https://www.youtube.com/watch?v=UbCv0_3BS1E&feature=share&fbclid=IwAR1W0C_t-v4Fo89TdRyqdCdrUeBnBKjmH2226q-FdBhTl6qy2D7VGaP1gpM

NOGUEIRA DE BRITO, Miguel, (2020), *“Commentary on Professor Anna-Bettina Kaiser’s talk The State of Exception Under German Law and the Current Pandemic: Comparative Models and Constitutional Rights”*, in *e-publica*, VOL. 7 Nº 3 DEZEMBRO 2020, disponível: <https://www.e-publica.pt/volumes/v7n3a04.html>



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

FEREJOHN, John/ PASQUINO, Pasquale, (2004), *“The law of the exception: A typology of emergency powers”*, *International Journal of Constitutional Law*, Volume 2, Issue 2, April 2004;

GREENE, Alan, (2018), *Permanent States of Emergency and the Rule of Law: Constitutions in an Age of Crisis*, Oxford, Hart;

GROSS, Oren, (2003) *“Chaos and Rules: Should responses to violent crises always be constitutional?”*, *112 Yale Law Journal*, 1011;

KAISER, Anna-Bettina, (2020), *“The State of Exception under German Law and the Current Pandemic: Comparative Models and Constitutional Rights”*, in *e-publica*, VOL. 7 Nº 3 DEZEMBRO 2020, disponível: <https://www.e-publica.pt/volumes/v7n3a02.html>

3. Impactos do Ciberespaço e das Novas Tecnologias em cenários de alta tensão constitucional

BRÍZIDA CASTRO, Raquel Alexandra

- (2021) *“O pecado mortal da Carta de Direitos Digitais”*, 29 Maio de 2021, in CM Jornal: <https://www.cmjornal.pt/opiniao/colunistas/detalhe/20210529-0135-o-pecado-mortal-da-carta-de-direitos-digitais>
- (2020) *“Proteção de dados e comércio jurídico: CNPD em Vénus, STA em Marte”*, in *Liber Amicorum Professor Doutor Pedro Pais de Vasconcelos*, Revista de Direito Comercial; ISSN 2183-9824; Disponível em: <https://www.revistadedireitocomercial.com/protECAo-de-dados-e-comercio-juridico>;
- (2019) *“Regulação do Ciberespaço: Projeções Constitucionais do novo Paradigma Jurídico-Público Regulatório”*, in *Garantia de Direitos e Regulação: Perspectivas de Direito Administrativo*; Coord. Carla Amado Gomes, Rute Saraiva, Ricardo Pedro e Fernanda Maçãs; ISBN 978-972-629-346-0; pp. 367-412;
- (2018) *“Ways not to read” o RGPD*, in *Cyberlaw By CIJIC*, Edição n.º 6; Setembro/Outubro 2018; ISSN 2183-729; Disponível online: www.cijic.org/publicacao
- (2017) *“Novas Tecnologias, Ciberespaço e Mutações Constitucionais: Da Perda da Inocência Algorítmica à Relevância Jurídico-constitucional dos Factos e Normas Tecnológicas”*, in *Sobre os 40 Anos da Constituição*, Organização de Jorge Miranda, ICJP/AAF DL: Lisboa; pp. 114-165;
- (2017) *“Ciberespaço e Constituição”*, in *Boletim da Ordem dos Advogados*, Julho de 2017; <http://boletim.ao.pt/oa-02/opiniao-raquel-alexandra-brizida-castro>
- (2016) *Constituição Lei e Regulação dos Media*, Almedina: Coimbra;
- (2016c) *“Constituição e Ciberespaço: Argumentos para um “Direito Constitucional do Inimigo”?”*, in *Cyberlaw By CIJIC*, Revista do Centro de Investigação Jurídica do Ciberespaço da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, n.º 1, disponível online: <http://www.cijic.org/publicacao/~>